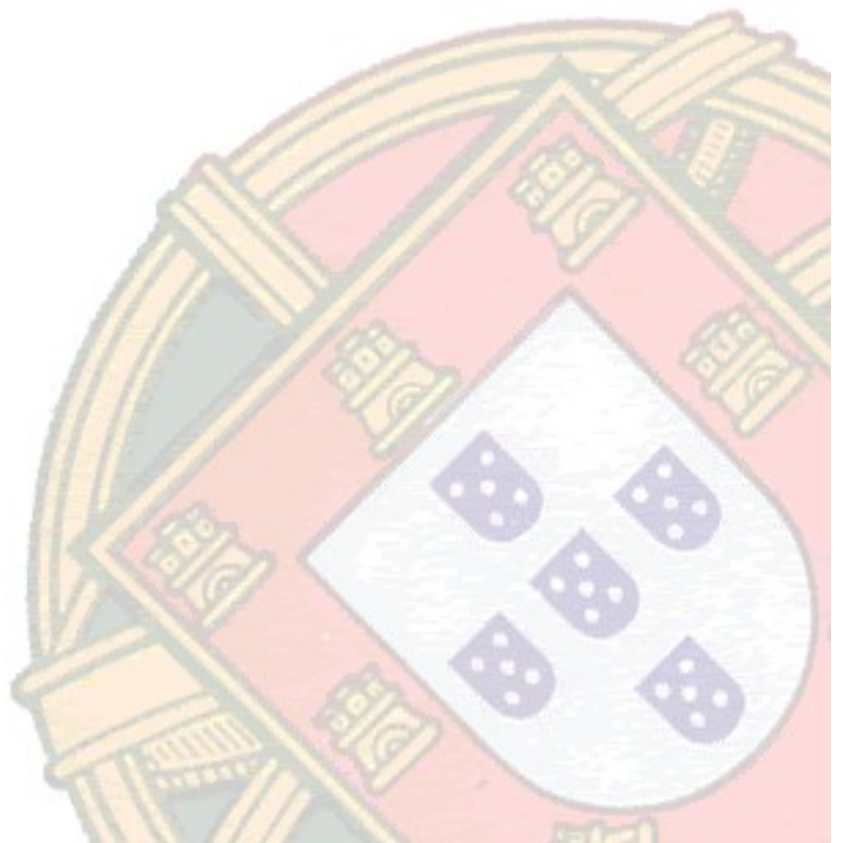


RELATÓRIO

Ano 2017

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE





**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ÍNDICE

Capítulo I – Introdução

Capítulo II – Orgânica da Comarca

Capítulo III – Os Tribunais e o Território

Capítulo IV – Recursos humanos

1. Magistrados e Oficiais de justiça em funções
2. Preenchimento do quadro de oficiais de justiça por referência ao quadro legal
3. Absentismo
4. Necessidades de recuperação
5. Medidas de gestão
6. Propostas

Capítulo V – Recursos financeiros

Capítulo VI – Instalações e equipamentos

Capítulo VI. 1. Instalações

VI.1.1. Necessidades estruturais *(com referência aos diversos núcleos municipais)*

VI.1.2. Segurança

VI.1.3. Manutenção

Capítulo VII – Movimento Processual

VII.1 Estatística oficial

VII.2. Estatística de secretaria

VII.3. Medidas de gestão e organizativas

VII.4. Relação dos resultados obtidos com os objetivos definidos

Capítulo VIII – Conclusão



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

I. Introdução

Âmbito do Relatório

Neste relatório pretende-se apresentar, de forma sumária e estruturada, o funcionamento do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, durante o ano judicial de 2017.

Serão reportados, com detalhe, os temas determinantes do funcionamento do Tribunal que, pela sua natureza ou complexidade tenham sofrido alteração relativamente à situação reportada no último relatório, ou em que, não o tendo, mereçam reporte, pela sua importância.

Nos temas ou assuntos em que se verifiquem situações de continuidade, o presente relatório reiterará as informações e/ou propostas já apresentadas anteriormente.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

II. Orgânica Do Tribunal

A orgânica do Tribunal não sofreu qualquer alteração desde a elaboração do último relatório, razão pela qual se remete para aquele relatório o que de estruturante se verifica quanto a este tema.

Não deixa porém de reiterar-se, por essencial e também já mencionada no último relatório que continua a não existir módulo informático ou *software* específico para gestão do gabinete de apoio aos órgãos de gestão.

Conselho de Gestão

O Conselho de Gestão reuniu ordinariamente na primeira segunda-feira de cada mês.

Conselho Consultivo

No final do ano de 2017 ocorreram eleições e nomeações, por cooptação, para o triénio 2017-2019.

III. Os Tribunais e o Território

No dia 1 de janeiro de 2017, com a entrada em vigor da Lei 40-A/2016, de 22/12 e decreto-Lei n.º 86/2016, de 27/12, foi criado o Juízo de Proximidade do Cadaval. Deslocalizado no Cadaval, desde setembro de 2014, está instalado o Juízo de Trabalho de Torres Vedras, pelo que, em termos práticos, a criação legal do Juízo de Proximidade surgiu como uma continuidade, do serviço já desenvolvido.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Sem prejuízo, a informação constante do anterior relatório, quanto à estrutura e acessibilidades, dentro da Comarca, não sofreu qualquer alteração.

IV. Recursos Humanos

IV.1. Magistrados e Oficiais de Justiça efetivamente em funções

A informação relativa aos recursos humanos é apresentada de acordo com os quadros aprovados pelo Conselho Superior da Magistratura.

A análise dos quadros infra deverá ser feita, considerando os seguintes critérios, no que tange aos oficiais de justiça:

- Na consideração dos oficiais de justiça efetivamente em funções, foram contabilizados todos os funcionários colocados, sem prejuízo da alínea seguinte;

- Na consideração de oficiais de justiça efetivamente em funções, foram apenas contabilizados os funcionários cujo número de dias de falta, seguidos, não tenha sido superior a 30 dias (qualquer que tenha sido o fundamento). Nas situações de ausência superior a 30 dias, foi feita uma ponderação média;

A solução adotada permite relatar, de forma mais clara e transparente, a situação dos oficiais de justiça efetivamente em funções, em cada Juízo.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de LOURES					
Juízo Central Cível					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1,75	6		Proc. da República	1
Escrivão Adjunto	2			Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	5				
TOTAL DA SECÇÃO	8,75	6		1	

Obs: Um Escrivão de Direito transitou para a Central Criminal em Outubro e não foi substituído.

NÚCLEO de LOURES					
Juízo Central Criminal					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1,83	8		Proc. da República	5
Escrivão Adjunto	3,75			Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	8,25				
TOTAL DA SECÇÃO	13,83	8		5	

Obs: Um Escrivão de Direito encontra-se de baixa prolongada desde 1/8 de 2017, sendo substituído pelo Escrivão de Direito que transitou do Juízo Central Cível. Saíram 2 Escrivães-Adjuntos no movimento ordinário de junho e saíram dois Escrivães-Auxiliares no movimento extraordinário de setembro de 2017, tendo entrado nesse mesmo movimento outros 2 auxiliares, sendo que um deles renunciou às funções.

NÚCLEO de LOURES					
Juízo de Instrução Criminal					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	3		Proc. da República	1
Escrivão Adjunto	1			Proc. Adjuntos	1
Escrivão Auxiliar	3				
TOTAL DA SECÇÃO	5	3		2	



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de LOURES				
Juízo de Execução				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	4	Proc. da República	1
Escrivão Adjunto	3,33		Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	7,5			
TOTAL DA SECÇÃO	11,83	4	1	

Obs: A partir de setembro de 2017 transitou do Juízo do Comércio uma Escrivã-Adjunta. Uma escritã auxiliar colocada em Torres Vedras trabalha 50% para o Juízo de Execução (e 50% para o de Comércio)

NÚCLEO de VILA FRANCA DE XIRA (Loures temp)				
Juízo de Comércio				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	4	Proc. da República	2
Escrivão Adjunto	3,25		Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	10,5			
TOTAL DA SECÇÃO	14,75	4	2	

Obs: um escrivão adjunto saiu no movimento de novembro 2016. Foi contabilizada uma escritã auxiliar que presta serviço no núcleo de Lourinhã exclusivamente para o Juízo do Comércio. Uma escritã auxiliar colocada em Torres Vedras trabalha 50% para o Juízo do Comércio (e 50% para o de Execução)

NÚCLEO de LOURES				
Juízo de Família e Menores de Loures				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	4	4	Proc. da República	4
Escrivão Adjunto	5		Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	8,75			
TOTAL DA SECÇÃO	17,75	4	4	



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de TORRES VEDRAS					
Juízo de Família e Menores de Torres Vedras					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	2		Proc. da República	1,75
Escrivão Adjunto	3			Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	2,75				
TOTAL DA SECÇÃO	6,75	2		1,75	

Obs: Uma escritã auxiliar encontra-se de baixa desde setembro 2017 +licença parental de 150 dias que terminará em Abril.

NÚCLEO de VILA FRANCA DE XIRA					
Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	3	3		Proc. da República	3
Escrivão Adjunto	4			Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	4,75				
TOTAL DA SECÇÃO	11,75	3		3	

Obs: Uma escritã auxiliar ausente por doença - 21-09-17 a 31-12-17; Uma escritã Auxiliar de licença de parto desde 5/12/17

NÚCLEO de LOURES					
Juízo de Trabalho de Loures					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	2		Proc. da República	1,5
Escrivão Adjunto	1			Proc. Adjuntos	1
Escrivão Auxiliar	4				
TOTAL DA SECÇÃO	6	2		2	



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de TORRES VEDRAS						
Juízo de Trabalho de Torres Vedras (temp. Cadaval)						
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em		
Escrivão de Direito	1	1		Proc. da República		1
Escrivão Adjunto	0			Proc. Adjuntos		0
Escrivão Auxiliar	2					
TOTAL DA SECÇÃO	3	1		0		

NÚCLEO de VILA FRANCA DE XIRA						
Juízo de Trabalho de Vila Franca de Xira						
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em		
Escrivão de Direito	1	2		Proc. da República		2
Escrivão Adjunto	3			Proc. Adjuntos		0
Escrivão Auxiliar	1,67					
TOTAL DA SECÇÃO	5.67	2		26		

Obs: Uma Escrivã Auxiliar ausente por doença - 27-07-17 a 26-09-17

NÚCLEO de ALENQUER					
Juízo Local Cível de Alenquer					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	1		Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	2			Proc. Adjuntos	3
Escrivão Auxiliar	1,75				
TOTAL DA SECÇÃO	4,75	1		3	

Nota: Uma escrevã auxiliar colocada na Unidade Central em 02-10-17



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de LOURES				
Juízo Local Cível de Loures				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	2	5	Proc. da República	1
Escrivão Adjunto	2		Proc. Adjuntos	0
Escrivão Auxiliar	7			
TOTAL DA SECÇÃO	11	5	1	

NÚCLEO de TORRES VEDRAS				
Juízo Local Cível de Torres Vedras				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	2	Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	0		Proc. Adjuntos	2
Escrivão Auxiliar	2			
TOTAL DA SECÇÃO	3	2	2	

NÚCLEO de VILA FRANCA DE XIRA				
Juízo Local Cível de Vila Franca de Xira				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	2	Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	2		Proc. Adjuntos	3
Escrivão Auxiliar	2,5			
TOTAL DA SECÇÃO	5,5	0	3	

Obs: 1 Escrivã Auxiliar aposentou-se a 30/06/2017



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de ALENQUER					
Juízo Local Criminal de Alenquer					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	1		Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	1			Proc. Adjuntos	3
Escrivão Auxiliar	2,66				
TOTAL DA SECÇÃO	4,66	1		15	

Obs: uma escritã auxiliar de licença por gravidez de risco de 05-09-17 a 31-12-17

NÚCLEO de LOURES						
Juízo Local Criminal de Loures						
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em		
Escrivão de Direito	4	5		Proc. da República		0
Escrivão Adjunto	5			Proc. Adjuntos		4
Escrivão Auxiliar	8					
TOTAL DA SECÇÃO	17	5		4		

Obs: um escrivão adjunto saiu em março e uma escritã adjunta em setembro

NÚCLEO de TORRES VEDRAS				
Juízo Local Criminal de Torres Vedras				
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)	Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	2	3	Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	1		Proc. Adjuntos	2
Escrivão Auxiliar	7			
TOTAL DA SECÇÃO	10	2	2	



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de VILA FRANCA DE XIRA					
Juízo Local Criminal de Vila Franca de Xira					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	3	4		Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	4,33			Proc. Adjuntos	3
Escrivão Auxiliar	5,5				
TOTAL DA SECÇÃO	12,83	4		3	

Obs: um escrivão de direito é nomeado nos termos do artigo 49.º; a ponderação média considerou os movimentos de escrivães ocorridas no ano e as baixas prolongadas verificadas

NÚCLEO de LOURES					
Juízo de Pequena Criminalidade					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	2	2		Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	3,33			Proc. Adjuntos	2
Escrivão Auxiliar	4				
TOTAL DA SECÇÃO	9,33	2		2	

Obs: no movimento de setembro, saíram 2 escrivães adjuntos

NÚCLEO de LOURINHÃ					
Juízo de Competência Genérica da Lourinhã					
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)		Magistrados Judiciais efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em substituição dos titulares)		Magistrados do Ministério Público efectivamente e funções (média dos últimos 12 meses, incluindo auxiliares e juizes de QC que não estejam em	
Escrivão de Direito	1	1		Proc. da República	0
Escrivão Adjunto	2			Proc. Adjuntos	1
Escrivão Auxiliar	1				
TOTAL DA SECÇÃO	4	1		1	

Obs: não está contabilizada uma funcionária que trabalha em exclusivo para o Juízo de Comércio



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de ALENQUER	
Unidade Central	
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)	
Escrivão de Direito	
Escrivão Adjunto	1
Escrivão Auxiliar	1
TOTAL DA SECÇÃO	2

NÚCLEO de LOURES	
Unidade Central e Serviço Externo	
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)	
Secretário Justiça	2
Escrivão de Direito	1
Escrivão Adjunto	4,67
Escrivão Auxiliar	7,75
TOTAL DA SECÇÃO	15,42

Obs: Escrivão auxiliar de baixa médica entre 26-1-17 a 30-6-17; 2 Escrivães adjuntas ausentes - 1-1-17 a 16-2-17 e 1-1-17 a 2-5-17/ Uma Escrivã-Adjunta ausente desde 22/4/17 por acidente de trabalho, uma Escrivã-Auxiliar entrou no movimento ordinário de junho de 2017; Saiu por destacamento uma escritã auxiliar; Uma escritã auxiliar de baixa médica de 19/6/17 a 20/9/17

NÚCLEO de LOURES	
Gabinete de Apoio aos Órgãos de Gestão	
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)	
T. Justiça Principal	0
Escrivão Adjunto	0
Escrivão Auxiliar	3
TOTAL DA SECÇÃO	3

Obs: duas funcionárias do GA auxiliam pontualmente o Juízo de Pequena Criminalidade e o Juízo de Família e Menores



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO de TORRES VEDRAS	
Unidade Central e Serviço Externo	
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)	
Secretário Justiça	1
Escrivão de Direito	0
Escrivão Adjunto	0
Escrivão Auxiliar	4
TOTAL DA SECÇÃO	5

Obs: Escrivã adjunta desligada do serviço em 1 de fevereiro 2017

NÚCLEO de VILA FRANCA DE XIRA	
Unidade Central e Serviço Externo	
Oficiais de Justiça efectivamente em funções (média dos últimos 12 meses)	
Secretário Justiça	1
Escrivão de Direito	3
Escrivão Adjunto	2
Escrivão Auxiliar	4
TOTAL DA SECÇÃO	10

obs: dois escrivães de direito dedicam-se a contabilidade

IV.2. Preenchimento dos quadros de oficiais de justiça, por referência ao quadro legal

O quadro seguinte identifica as secções e percentagem de oficiais de justiça em falta, no Tribunal, face ao quadro legal. O quadro teve em consideração os critérios utilizados para a elaboração dos quadros vertidos no ponto anterior.

CATEGORIA/ NÚCLEO	SecJustiça		Déficit	EscDireito		Déficit	EscAdjunto		Déficit	EscAuxiliar		Déficit	TOTAL TRIBUNAL		Déficit
	QLegal	QReal		QLegal	QReal		QLegal	QReal		QLegal	QReal		QLegal	QReal	
LOURES	2	2	0%	20	19,58	-2,1%	48	31,08	-35%	66	66,25	0%	136	118,9	-13%
ALENQUER				2	2	0%	5	4	-20%	6	5,41	-10%	13	11,41	-12%
LOURINHÃ				1	1	0%	2	2	0%	2	1	-50%	5	4	-20%
TVEDRAS	1	1	0%	5	5	0%	12	4	-67%	18	17,75	-1%	36	27,75	-23%
VFXIRA	1	1	0%	13	12	-7,7%	27	18,58	-31%	29	28,92	0%	70	60,5	-14%
CADAVAL							1	0	-100%				1	0	-100%
	4	4	0%	41	39,58	-3,5%	94	59,66	-36,5%	121	119,3	-1,4%	260	222,6	-14,4%

Obs: os secretários de justiça são nomeados nos termos do artigo 49.º do Estatuto respetivo



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

É possível identificar um *deficit* de 14,4%, de oficiais de justiça, no tribunal, com a categoria mais penalizada - a de escrivão-adjunto – a ascender a 36,5%.

O núcleo que atualmente sofre o maior constrangimento é o de Torres Vedras, com 23% menos oficiais de justiça do que o quadro previsto, valor a que se chega, quase unicamente, pela falta de escrivães-adjuntos, cujo *deficit*, na categoria, ascende a 67%.

Em relatórios passados foi já focada a dificuldade registada com o não preenchimento dos quadros. Desde a data da implementação do mapa, os quadros de oficiais de justiça, neste tribunal, nunca estiveram completos. Vive-se uma situação de instabilidade, causada por diversos fatores:

- a saída, por aposentação, de funcionários com experiência e a entrada de funcionários, sem qualquer experiência;
- os movimentos de oficiais de justiça sucessivos verificados desde a implementação do mapa, que não permitem uma consolidação do serviço dos funcionários, nas secretarias em que estão colocados e obrigam ainda a operações internas de movimentação para reequilibrar os serviços;
- o cansaço, saturação e infelicidade dos funcionários, visíveis através das situações crescentes de doença.

Pendência de secretaria por oficial de justiça, em 31/12/2017

No quadro seguinte é apresentada a pendência por Juízo e o *ratio* de processos por oficial de justiça.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

	Localidade	Juízo	Unidade orgânica	Pendência inicial	Processos entrados	Processos findos	Pendência final	OJ em funções - Média	Pendência inicial por OJ	Processos entrados por OJ	Processos findos por OJ	Pendência final por OJ
Juízos Centrais	Loures	Central Cível	U1/U2	2.545	443	827	2.157	8,8	291	51	95	247
	Loures	Central Criminal	U1/U2	2.964	604	737	2.829	13,8	214	44	53	205
	Loures	Instrução	Única	252	2.079	2.134	197	5,0	50	416	427	39
	Loures	Execução	Única	73.131	8.828	9.661	72.252	11,8	6.182	746	817	6.108
	Loures	Comércio	U1/ U2/ U3/ U4	9.158	3.147	3.541	8.741	14,8	621	213	240	593
	Loures	Família e Menores de Loures	U1/ U2/ U3/ U4	5.922	2.828	3.552	5.049	17,8	334	159	200	284
	Torres Vedras	Família e Menores de Torres Vedras	Única	1.511	1.169	1.275	1.335	6,8	224	173	189	198
	Vila Franca de Xira	Família e Menores de VFX	U1/ U2/ U3	3.216	1.784	2.546	2.348	11,8	274	152	217	200
	Loures	Trabalho de Loures	Única	5.364	2.773	3.081	4.933	6,0	894	462	514	822
	Cadaval (temp.)	Trabalho de Torres Vedras	Única	679	512	754	437	3,0	226	171	251	146
	Vila Franca de Xira	Trabalho de VFX	Única	2.736	1.909	2.468	2.166	5,7	483	337	435	382
Juízos Locais	Alenquer	Juízo Cível de Alenquer	Única	387	305	364	325	4,8	81	64	77	68
	Loures	Juízo Cível de Loures	U1/U2	5.669	1.953	3.531	4.088	11,0	515	178	321	372
	Torres Vedras	Juízo Cível de Torres Vedras	Única	744	527	675	590	3,0	248	176	225	197
	Vila Franca de Xira	Juízo Cível de VFX	U.ª	1.658	738	1.187	1.204	5,5	301	134	216	219
	Alenquer	Juízo Criminal de Alenquer	Única	1.115	540	697	957	4,7	239	116	150	205
	Loures	Juízo Criminal de Loures	U1/ U2/ U3/ U4	5.572	1.462	2.286	4.746	17,0	328	86	134	279
	Torres Vedras	Juízo Criminal de Torres Vedras	U1/ U2	2.602	1.107	1.441	2.266	10,0	260	111	144	227
	Vila Franca de Xira	Juízo Criminal de VFX	U1/ U2/ U3	3.596	1.554	1.849	3.295	12,8	280	121	144	257
	Loures	P.Criminalidade	U1/ U2	7.039	1.445	1.403	7.075	9,3	754	155	150	758
	Lourinhã	Compt. Genérica	Única	612	462	447	627	4,0	153	116	112	157
TOTAL				136.472	36.169	44.456	127.617	187,2	12.954	4.179	5.110	11.961
TOTAL SEM EXECUÇÕES				63.341	27.341	34.795	55.365	187,2	338	146	186	296

As idiossincrasias próprias de cada Juízo não permitem estabelecer um padrão do número de processos adequado, por oficial de justiça. Sem prejuízo, tem sido possível fazer alguma gestão do serviço, pela análise do número de processos por oficial de justiça, dentro de cada jurisdição. Desta forma, foi possível atribuir processos para tramitação a funcionários sedeados noutros núcleos, com menor carga de serviço, e reequilibrar as assimetrias decorrentes da falta de funcionários.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

IV.3. Absentismo

Juízes

O absentismo dos juízes, verificado e registado no tribunal, durante o ano – referência de 365 dias - foi calculado considerando o número total de 65 juízes (titulares e auxiliares).

O absentismo verificado e registado no Tribunal, com base nas comunicações feitas pelos senhores juízes e pelo Tribunal da Relação, foi o seguinte:

Total de dias de faltas no ano, distribuídas pelos fundamentos:

Faltas	Dias
Artigo 10.º, n.º 1 EMJ	63
Artigo 10.º-A, n.º 2 EMJ	21
Ações de formação diversas	132
Doença	258
Licenças parentais	302
Total	776

Percentagem de abstenção em termos absolutos (representa a percentagem de faltas, por tipo de falta, quanto à totalidade dos dias do ano (365 dias); e em termos relativos (representa a distribuição percentual de faltas, por tipo de falta):

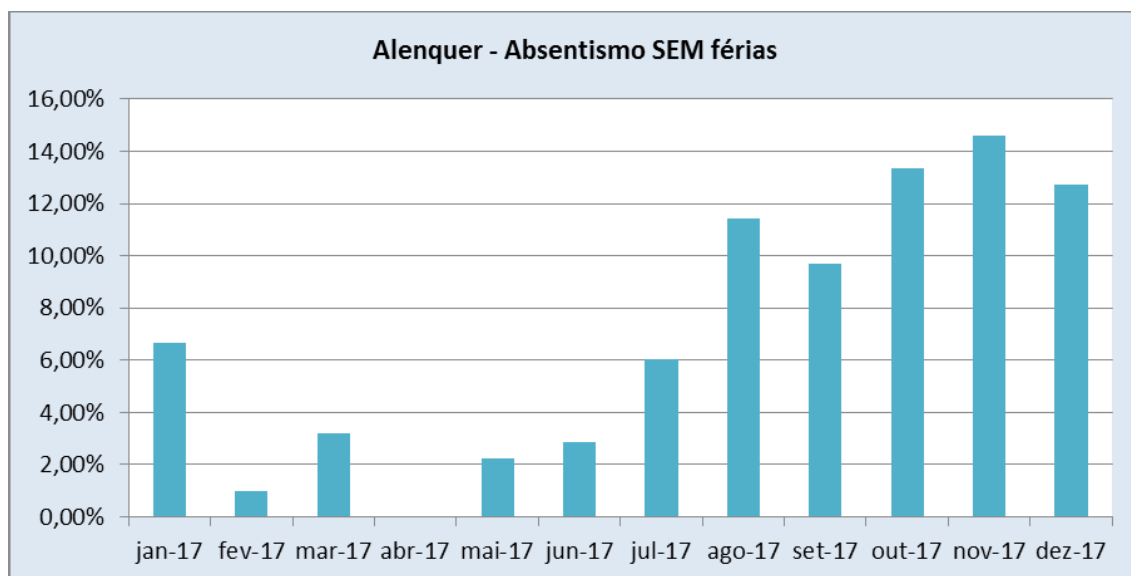


Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Abstenção por tipo de falta (absoluta)	%	Distribuição por motivo de abstenção (relativa)
Artigo 10.º, n.º 1 EMJ	0,27%	8%
Artigo 10.º-A, n.º 2 EMJ	0,09%	3%
Ações de formação diversas	0,56%	17%
Doença	1,09%	33%
Licenças parentais	1,27%	39%
Total	3,27%	100%

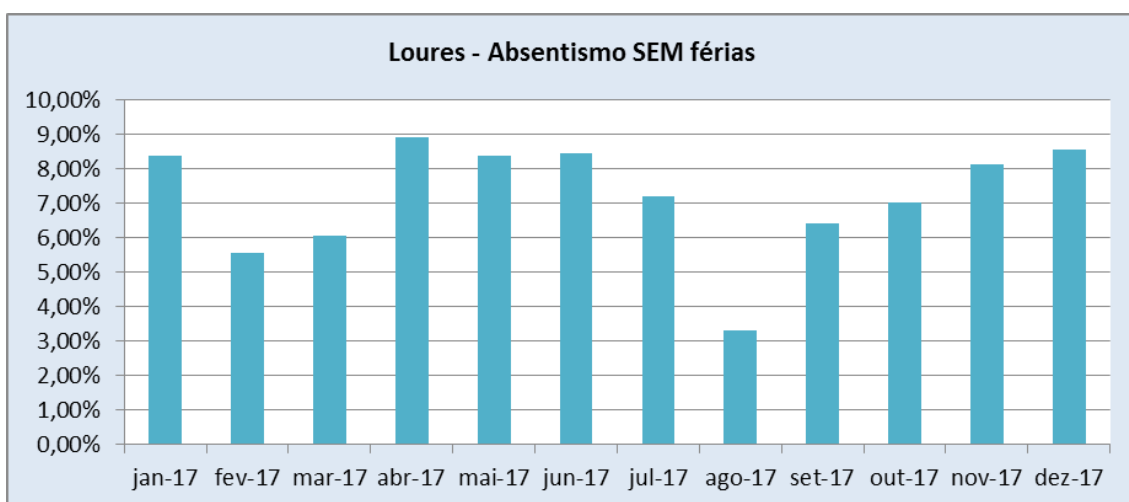
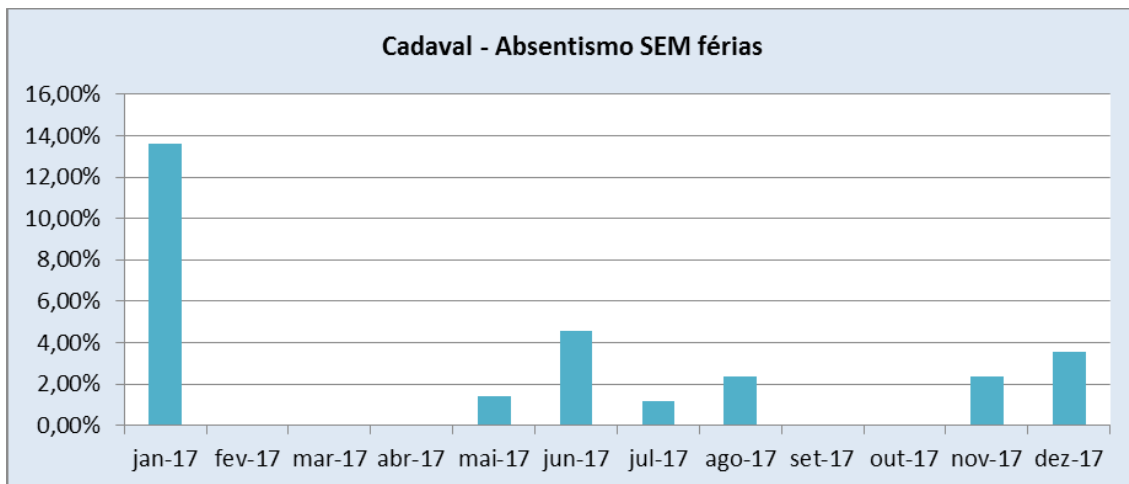
Verificam-se níveis reduzidos de absentismos entre os juizes, sendo que as faltas por doença e por licenças parentais são as mais expressivas, no conjunto do absentismo total.

Oficiais de justiça



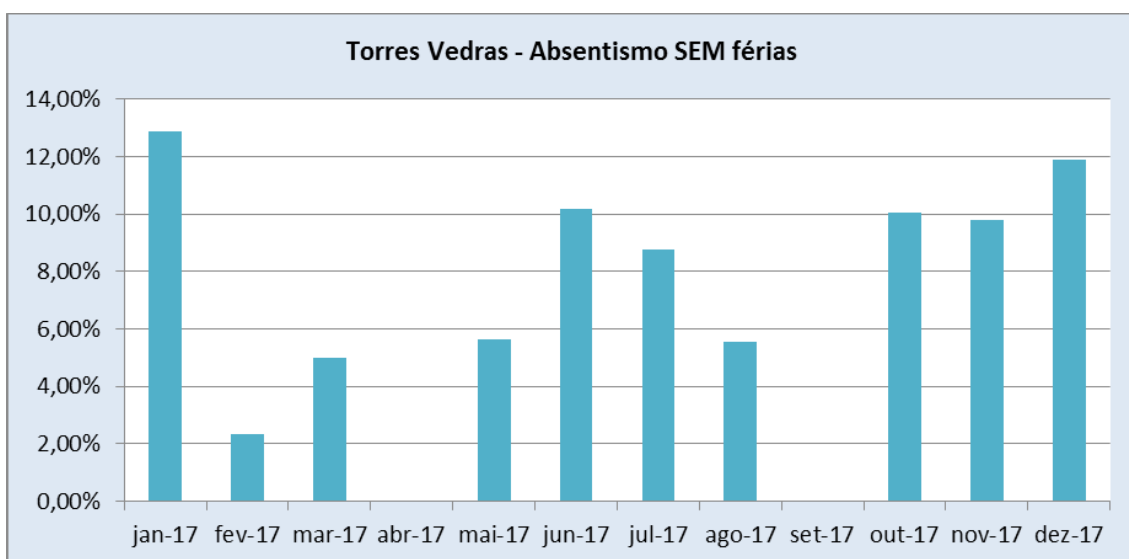
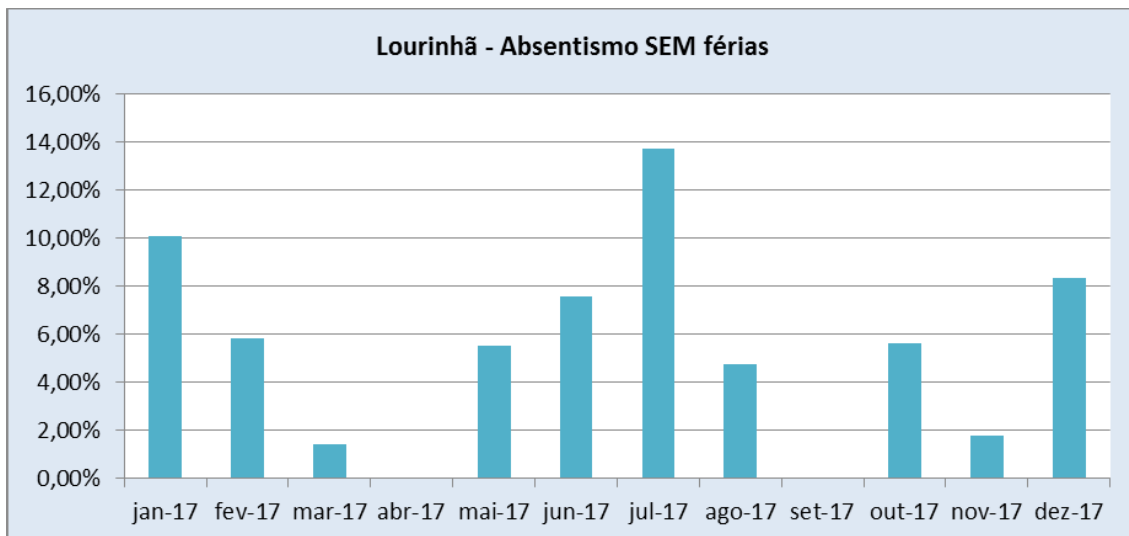


Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



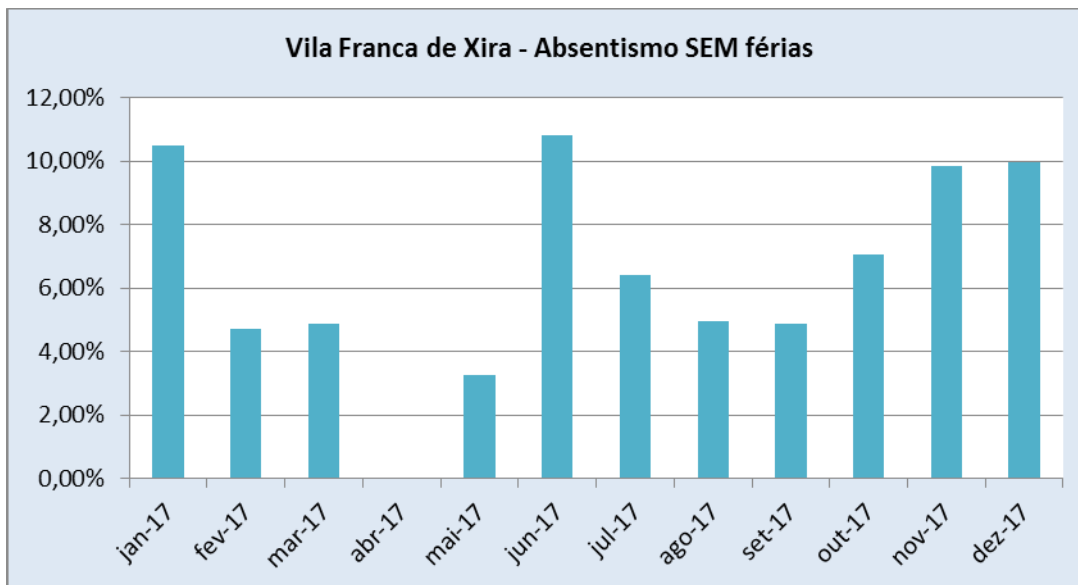


Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA





**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



IV.4. Necessidades de Recuperação

As necessidades de recuperação neste momento estão diretamente ligadas com a falta de funcionários para preenchimento dos quadros legais.

Atualmente, conforme foi constatado acima, verifica-se enorme *deficit* na categoria de escrivão-adjunto.

O trabalho dos próximos meses refletirá a carência de funcionários decorrente do movimento de novembro, o que será constatável pelos mapas de monitorização.

Durante o ano de 2017, mereceram particular e constante atenção, os Juízos de Execução, de Comércio, e de Pequena Criminalidade.

Prevê-se que, brevemente, o Juízo Central Criminal também se ressinta com a falta de funcionários, dada a saída, em novembro, de funcionários.

IV.5. Medidas de Gestão



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Juízes

A distribuição do serviço com os juízes auxiliares foi feita com base na análise das necessidades de auxílio, que em regra ocorrem porque existe excesso de pendência acumulada, ou porque o quadro legal se encontra subdimensionado.

O quadro seguinte reflete a distribuição verificada conforme proposta e homologada pelo Conselho Superior da Magistratura e a avaliação no final do período.

Juízes auxiliares - janeiro a 31/8/2017	Problema verificado	Distribuição de serviço	Avaliação em 31/8/2017
Juízo Central Criminal - 2 auxiliares	Agendamento médio superior a 6 meses, nalguns casos, superior a 12 meses	Afetar 1 juiz a cada coletivo, fazendo coletivos de 4 juízes, rotativos, e assegurando a realização de julgamentos mais um dia na semana	A dilação reduziu, mostrando-se agora em média a 4 meses
Juízo de Execução - 1 auxiliar	Excesso de pendência	A juiz auxiliar tramitou os processos terminados em 1, 2 e 3, anteriores a setembro de 2014 e ainda os processos terminados em "0".	A pendência elevada registada nesta secção bem como o desajustamento do quadro de juízes face à realidade, determinou a divisão de serviço com a juiz auxiliar de forma a que esta tenha em média número de processos idêntico ao dos juízes titulares. Daí que a medição a fazer no trabalho não seja particularmente determinado ou aferido pela concreta tarefa
Juízo Cível de Loures - 1 auxiliar	Excesso de pendência e quadro subdimensionado	O juiz auxiliar tramitou os processos entrados até final de 2010 e processos declarativos e AECOPS entrados até final de 2013, bem como tramitação dos processos terminados em "0".	A pendência nestes processos mais antigos reduziu entre 30 e 37%
Juízo Criminal de Loures - 1 auxiliar	Quadro subdimensionado e dilação superior a 10 meses	Juiz auxiliar começou por realizar apenas julgamentos, antedepando marcações com excessiva dilação	A dilação reduziu, mostrando-se agora, em média, a 6 meses
Juízos criminais de Alenquer e VFX - 1 auxiliar	Gestão de atos jurisdicionais e outros processos urgentes	Gestão de atos jurisdicionais em Alenquer e VFX e realização de julgamentos sumários e RCO em VFX	Ver avaliação abaixo relativamente ao mesmo auxiliar após 1/1/2017
Juízos de Família e Menores e criminal de Torres Vedras - 1 auxiliar	Quadro subdimensionado no Juízo de Família e Menores e gestão de atos jurisdicionais no juízo criminal	Família e menores - a juiz auxiliar tramitou os processos terminados nos números 4, 5, 6 e respetivos 0; No juízo criminal a juiz auxiliar assegurou atos jurisdicionais e processos sumários	A Srª Juiz auxiliar garantiu a tramitação de 30% do serviço de família e menores e realizou, até 31/8/2017, 236 atos jurisdicionais e 78 julgamentos sumários
Juízes auxiliares - 1/9/2017 a 31/12/2017	Problema verificado	Distribuição de serviço	Avaliação em 31/12/2017
Juízo Central Criminal - 2 auxiliares	De acordo com experiência anterior, a falta destes juízes auxiliares determina maior dilação de agendamento	Afetar 1 juiz a cada coletivo, fazendo coletivos de 4 juízes, rotativos e assegurando a realização de julgamentos mais um dia na semana	A dilação tem-se mantido em média em 4 meses
Juízo de Execução - 1 auxiliar	Excesso de pendência a atos declarativos antigos	Atribuição de processos declarativos mais antigos - foram atribuídos para tramitação 1521 processos	A pendência reduziu 21%
Juízo Cível de Loures - 1 auxiliar	Quadro subdimensionado	Tramitação de todos os processos pendentes terminados nos algarismos "9" e "0"	Atenta a natureza da distribuição de serviço justifica pelo elevado número de processos entrados face ao quadro legal de juízes, o serviço da juiz auxiliar tem equilibrado a pendência por juiz
Juízo Criminal de Loures - 1 auxiliar	Correção do problema de dilação do agendamento e quadro subdimensionado	Juiz auxiliar realiza julgamentos e tem distribuição para julgamento de 2 números de cada titular	A dilação tem-se mantido em média em 6 meses
Juízos criminais de Alenquer e VFX - 1 auxiliar	Gestão de atos jurisdicionais e outros processos urgentes	Manutenção da anterior distribuição	No ano foram tramitados os seguintes: Atos jurisdicionais em Alenquer - 395; Atos jurisdicionais em VFX - 909; Sumários em VFX - 192 e RCO em VFX - 114
Juízos de Família e Menores de Torres Vedras e Loures	Quadro subdimensionado no Juízo de Família e Menores e gestão de atos jurisdicionais no juízo criminal	Família e menores - a juiz auxiliar tramitou os processos terminados nos números 4, 5, 6 e respetivos 0; No juízo criminal a juiz auxiliar assegurou atos jurisdicionais e processos sumários	Em TV, a juiz auxiliar garantiu a tramitação de 30% do serviço de família e menores e, em Loures, assegurou 25% do serviço do juiz titular correspondente à redução de serviço deste juiz autorizada pelo CSM
Juízo local criminal de Torres Vedras	Gestão de atos jurisdicionais e outros processos urgentes	A juiz auxiliar assegurou atos jurisdicionais e processos sumários, abreviados, sumaríssimos, RCO e alguns violências domésticas	No período tramitou 196 atos; 27 julgamentos sumários, 31 processos sumaríssimos, 12 RCO e 16 abreviados



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

A distribuição de serviço, assim organizada, permitiu obter os seguintes resultados:

- Contribuir para a redução de pendência acumulada e antiga, nos apensos declarativos, no Juízo de Execução, em 21%, nos últimos 4 meses de 2017;
- Garantir a redução da dilação no agendamento, no Juízo Central Criminal, para 4 meses, em média;
- Ultrapassar as dificuldades decorrentes dos quadros de juízes, subdimensionados, nos Juízos de Família e Menores de Torres Vedras, Local Cível de Loures e Local Criminal de Loures, com reflexos favoráveis na dilação do agendamento e na pendência;
- Gerir os atos jurisdicionais e julgamentos urgentes, nos juízos Local Criminal de Alenquer, Local criminal de Torres Vedras e Local criminal de Vila Franca de Xira.

Oficiais de Justiça

A situação de carência de oficiais de justiça determinou a adoção das seguintes medidas de gestão:

No Juízo de Execução:

Atentas as dificuldades vividas pela falta de oficiais de justiça, no Juízo de Execução, foram adotadas as medidas de deslocalização de parte do serviço dos oficiais de justiça daquele Juízo para outros núcleos. Em Vila Franca de Xira, Juízo Cível, foram tramitados incidentes de habilitação de cessionário mais antigos; Em Torres Vedras, uma funcionária regularizou três pastas com pedidos de agente de execução; e em Alenquer foram tramitados apensos de reclamação de créditos, situação que se suspendeu em outubro com a



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

colocação de uma funcionária nos serviços do MP, pela administradora judiciária, a fim de assegurar regularização de atrasos ali verificados.

No Juízo de Comércio:

As dificuldades de operacionalidade no Juízo de Comércio determinaram a adoção das seguintes medidas:

- Reorganização e redistribuição de serviço entre as quatro unidades orgânicas, com maior especialização dos atos a praticar por cada unidade.
- Deslocalização de serviços para os núcleos de Alenquer – Juízo Cível (cumprimento de despachos e sentenças e tratamento da caixa de correio eletrónico); Lourinhã – uma funcionária (contabilidade); e Torres Vedras – uma funcionária (cumprimento de sentenças).

No Juízo Local Cível de Loures

Atenta a elevada pendência de processos de insolvência foi determinada a afetação de duas funcionárias, em exclusivo, à tramitação dos processos de insolvência ainda pendentes, com vista a reduzir esta pendência liquidatária.

IV.6. Propostas

Juízes

Atento o tempo decorrido, deste a implementação da reforma, é possível verificar que existe desajustamento do quadro legal de juízes, nos seguintes juízos:

- No Juízo de Família e Menores de Torres Vedras, o número de processos que entraram no Juízo de Família e Menores de Torres Vedras,



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

considerando o quadro legal de um único juiz, durante o ano de 2017, foi 64% acima da média dos processos entrados por lugar de juiz, em Loures, e 100% acima da média dos processos entrados por lugar de juiz, em VFX. Pode concluir-se que o quadro legal de juizes, em Torres Vedras, está subdimensionado, já que Loures e VFX se apresentam na dimensão adequada. O *deficit* de Torres Vedras foi compensado pela colocação de uma juiz auxiliar que tramitou 1/3 dos processos pendentes.

- Nos Juízos Criminais de Loures (central e local) (exceto os de Instrução ou de Pequena Criminalidade), em geral, verificou-se que a presença de auxiliares permitiu ultrapassar a situação, antes verificada de forma reiterada (cfr. relatórios anteriores), de dilação elevada no agendamento, e de indicadores de resolução negativos, denotando-se aqui uma situação de subdimensionamento do quadro de juizes.

- No Juízo do Trabalho de Loures entram mais processos do que em média do resto do país. Durante o primeiro semestre de 2017, Loures registou quase o dobro das entradas, por juiz, face à média nacional dos Juízos de Trabalho, e 70% mais entradas, face aos Juízos de Trabalho de Lisboa, Lisboa Oeste e demais Juízos de trabalho de Lisboa Norte. A falta de funcionários que se regista em Loures não tem permitido reforçar o quadro de funcionários naquele Juízo, de forma a permitir a colocação de um juiz auxiliar. Justifica-se a criação de um lugar de juiz com reforço do quadro de funcionários.

- No Juízo Local Cível de Loures, o número de processos entrados, por juiz titular, é relevantemente superior aos restantes Juízos do Tribunal, só sendo ultrapassado este desequilíbrio, pela colocação de um juiz auxiliar, o que indicia uma desadequação do quadro legal.

- A médio prazo haverá que analisar a pertinência, ou não, de manutenção dos quadros legais, no Juízo Central Cível e, eventualmente, no Juízo Local Cível de Torres Vedras, considerando o número de processos



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

entrados. Quanto ao Juízo Central Cível, a análise deverá considerar que existe ainda elevado número de processos antigos pendentes, cuja tramitação é mais morosa e requer recursos.

Oficiais de justiça

As propostas apresentadas nos últimos relatórios mantêm a sua atualidade, razão pela qual se dão aqui por reproduzidos.

É necessário preencher os quadros de oficiais de justiça, com oficiais de justiça experientes. A recente entrada de oficiais de justiça novos, e em fase de aprendizagem, não permite, ainda, completar os quadros de funcionários, nem sequer permite ultrapassar os constrangimentos decorrentes da aposentação de funcionários experientes.

Só o preenchimento dos quadros e a recuperação de pendências antigas permitirá aferir, com segurança, da adequação ou não do número de funcionários para o serviço.

V. Recursos Financeiros

Orçamento e execução

As questões relativas ao orçamento mencionadas nos relatórios anteriores mantêm toda a sua pertinência e atualidade, impondo-se porém, neste momento, apenas atualizar a informação.

Na data relevante para a elaboração deste relatório, 31 de dezembro de 2017, verifica-se a execução orçamental (despesa registada), conforme decorre do mapa seguinte.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Rubrica	Designação	Dot. Inicial €	Dot. Corr. €	Saldo Cab. €	Saldo Comp. €	Saldo Pag. €
02.01.02.01.00	Combustíveis e Lubrificantes (Veículos Tribunais)	3.000,00 €	1.800,00 €	357,51 €	357,51 €	357,51 €
02.01.04.00.00	Limpeza e Higiene	9.700,00 €	8.200,00 €	2.835,12 €	2.835,12 €	2.835,12 €
02.01.08.A0.00	Papel	24.200,00 €	45.200,00 €	7.811,16 €	7.811,16 €	9.229,23 €
02.01.08.B0.00	Tinteiros e Tonners	14.800,00 €	6.113,40 €	2.322,64 €	2.322,64 €	2.322,64 €
02.01.08.C0.00	Outros Consumíveis de Informática	1.300,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
02.01.08.D0.00	Outro Material de Escritório	6.400,00 €	6.400,00 €	2.876,01 €	2.876,01 €	3.003,42 €
02.01.08.D1.00	Envelopes	34.500,00 €	33,90 €	33,90 €	33,90 €	33,90 €
02.01.08.D2.00	ContraCapas	6.300,00 €	11.030,00 €	865,53 €	865,53 €	865,53 €
02.01.11.00.00	Material de Consumo Clínico	70,00 €	16,00 €	16,00 €	16,00 €	16,00 €
02.01.14.00.00	Outro material - Peças	350,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
02.01.18.00.00	Livros e Documentação Técnica	450,00 €	108,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.19.00.00	Artigos Honoríficos e de Decoração	700,00 €	378,00 €	0,39 €	0,39 €	0,39 €
02.01.21.00.00	Outros Bens	5.000,00 €	13.269,00 €	4.661,85 €	4.661,85 €	4.661,85 €
02.02.01.A0.00	Água	29.000,00 €	40.000,00 €	2.870,65 €	2.870,65 €	2.870,65 €
02.02.01.B0.00	Electricidade	217.000,00 €	144.570,00 €	7.340,32 €	7.340,32 €	7.340,32 €
02.02.02.00.00	Limpeza e Higiene	197.000,00 €	281.169,00 €	169,96 €	169,96 €	169,96 €
02.02.03.00.00	Conservação de Bens	2.000,00 €	2.308,00 €	2.000,50 €	2.000,50 €	2.000,50 €
02.02.03.01.00	Extintores	1.850,00 €	1.850,00 €	1.850,00 €	1.850,00 €	1.850,00 €
02.02.03.02.00	Impressora - Fax -Digitalizador- Servidor	3.700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.03.03.00	Edifício	9.200,00 €	16.141,53 €	2.199,34 €	2.199,34 €	2.199,34 €
02.02.03.04.00	Ar Condicionado	4.600,00 €	4.600,00 €	3.142,45 €	3.142,45 €	3.142,45 €
02.02.03.05.00	Elevadores	1.200,00 €	2.125,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.03.06.00	Veículos Afectos aos Tribunais	690,00 €	690,00 €	630,98 €	630,98 €	630,98 €
02.02.04.00.00	Locação de Edifícios	0,00 €	4.675,50 €	4.675,50 €	4.675,50 €	4.675,50 €
02.02.06.00.00	Locação de Material de Transporte	7.300,00 €	7.300,00 €	153,64 €	153,64 €	153,64 €
02.02.08.00.00	Locação de Outros Bens - Renda Fixa	66.000,00 €	61.201,00 €	4.373,23 €	4.373,23 €	4.373,23 €
02.02.08.01.00	Cópias Excedentárias	2.000,00 €	13.049,00 €	0,50 €	0,50 €	0,50 €
02.02.09.A0.00	Acessos à Internet	850,00 €	887,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	3.300,00 €	3.570,00 €	17,09 €	17,09 €	103,19 €
02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	2.300,00 €	920,00 €	58,39 €	58,39 €	128,13 €
02.02.10.00.00	Transportes	80,00 €	246,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.12.01.00	Seguros - Veículos Afectos às comarcas	0,00 €	112,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.13.00.00	Deslocações e Estadas - Portagens	200,00 €	350,00 €	63,55 €	63,55 €	63,55 €
02.02.17.00.00	Publicidade	0,00 €	126,00 €	0,24 €	0,24 €	0,24 €
02.02.18.00.00	Vigilância e Segurança	114.000,00 €	92.174,00 €	0,76 €	0,76 €	0,76 €
02.02.19.C0.00	Assistência Técnica - Outros	0,00 €	16.565,52 €	48,59 €	48,59 €	48,59 €
02.02.19.D0.00	Assistência Técnica - AVACS	4.700,00 €	809,00 €	72,84 €	72,84 €	72,84 €
02.02.25.B0.00	Despesas Condomínio	7.500,00 €	5.803,00 €	0,28 €	0,28 €	0,28 €
02.02.25.C0.00	Outras Despesas	9.300,00 €	7.808,23 €	5.125,25 €	5.125,25 €	5.125,25 €
02.02.25.C1.00	Inspecção aos Elevadores	460,00 €	1.154,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.25.C2.00	Inspecção aos Veículos Afectos aos Tribunais	0,00 €	31,00 €	0,30 €	0,30 €	0,30 €
03.05.02.J0.00	Juros de Mora	0,00 €	240,00 €	32,86 €	32,86 €	32,86 €
06.02.03.01.00	Despesas Bancárias	560,00 €	547,00 €	53,50 €	53,50 €	53,50 €
06.02.03.02.00	Outras	0,00 €	63,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.09.09.R0	Residual	8.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Totais :		799.560,00 €	804.235,50 €	57.260,83 €	57.260,83 €	58.962,15 €



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

VI. Instalações e Equipamentos

VI.1. Instalações

VI. 1.1 Necessidades Estruturais

Loures

Edifício sito na Rua Carvalho da Silva, em Loures

O Juízo de Comércio continua deslocalizado em Loures, trabalhando em condições de espaço exíguo, que dificultam a eficiência dos serviços.

Neste edifício continuam a verificar-se problemas de estacionamento, considerando que não existe espaço de estacionamento para magistrados e oficiais de justiça, sendo os lugares públicos sujeitos a pagamento.

Torres Vedras

O edifício do tribunal é insuficiente para o adequado funcionamento do Juízo de Família e Menores, Juízo Local Cível e Juízo Local Criminal, a que correspondem quatro unidades orgânicas, onde desempenham funções sete juízes e ainda para os serviços do Ministério Público, onde desempenham funções sete magistrados.

Vila Franca de Xira

Vila Franca de Xira continua com um grave problema de falta de estacionamento, com um número de lugares disponíveis significativamente inferior ao número de magistrados, com necessidade de estacionar.

Palácio da Justiça

- não existe acesso específico para pessoas com mobilidade reduzida, quer na entrada para o edifício, quer para o piso superior;
- não existe casa de banho adaptada a deficientes;



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

- não existe plataforma elevatória entre o piso 0 e o piso 1, obrigando a que tal circulação se faça pela escada, designadamente no transporte dos processos;

Edifício da 3ª Juízo de Trabalho

É essencial a criação de um novo espaço adequado ao funcionamento deste Juízo, porque o edifício em que se encontra instalado não tem condições de trabalho adequadas, estando os senhores magistrados e oficiais de justiça a trabalhar em condições muito adversas, com reflexos negativos para a sua saúde.

VI.1.2. Segurança

Verifica-se porém que o número de seguranças contratado é escasso para as necessidades.

Existem dois seguranças no edifício do Palácio da Justiça de Loures, um segurança no Palácio da Justiça de Torres Vedras e um segurança no Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira.

VI.1.3. Manutenção

A análise das necessidades de manutenção impõe a nota prévia de que fatores exógenos à gestão local do tribunal impedem a intervenção direta na manutenção.

Designadamente:

- **Indisponibilidade orçamental** – Não existe orçamento disponível, compatível com a assunção do pagamento de tais despesas;

- **Falta de autonomia** – Não existe autonomia do tribunal para a intervenção direta. A necessidade constante, de autorização da DGAJ, para proceder a pequenas intervenções, cria entropia nos processos de reparação, o que causa uma imagem de desleixo dos serviços;

- **Indefinição das competências** - a atual indefinição de competências entre o IGFEJ, a DGAJ e o Administrador Judiciário, dificulta a resolução de



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

problemas. Importa pois que estejam definidas em concreto as competências de cada uma das entidades, nas intervenções necessárias fazer.

Alenquer

- Ar condicionado – É necessário intervir no sistema de ar condicionado, com a substituição de alguns aparelhos, avariados e ultrapassados;
- Quadro elétrico – É necessário renovar o quadro elétrico.

Cadaval

- Edifício – É necessário corrigir problemas de infiltrações e reparar soalhos e paredes que sofrem os danos decorrentes.

Loures

No Palácio da Justiça

- É necessário corrigir problemas de infiltrações e reparar soalhos e paredes que sofrem os danos decorrentes.
- Existe risco de rutura de canalizações – designadamente no teto da garagem existem tubos que no teto que anunciam ruturas iminente, situação que tem sido resolvida provisória e pontualmente por recursos a braçadeiras;
- É urgente reparar as pedras de revestimento da fachada, porque têm-se registado quedas, com grave risco para os transeuntes;
- É necessário renovar os sanitários do público, que se apresentam constantemente avariados e, por isso, inoperacionais;
- É necessário renovar o quadro elétrico;
- É necessário renovar os elevadores – que estão constantemente avariados e inoperacionais, por necessitarem de reparação estrutural ou mesmo substituição;



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

- É necessário reparar o sistema de gravação na sala de audiências que está adaptada com cabinas para tradução em simultâneo;
- É necessário substituir vidros que estão partidos;
- É necessário instalar ar condicionado nas zonas do edifício em que não existe;

Na parte do edifício recentemente construído, que se encontra sob a garantia do construtor, existem diversos problemas de construção que aguardam a resolução do litígio, entre o IGFEJ e o empreiteiro, com prejuízo para o serviço.

Edifício sito na Av.^a Dr. António Carvalho de Figueiredo

- É necessário corrigir problemas de infiltrações e reparar soalhos e paredes que sofrem os danos decorrentes;
- É necessário renovar o quadro elétrico;
- É necessário instalar elevador/plataforma elevatória para transporte dos processos entre os diversos pisos;
- É necessário intervir no sistema de ar condicionado, com a substituição de alguns aparelhos, avariados e ultrapassados;
- É necessário substituir ou reforçar a caixilharia de janelas e portas exteriores;
- É necessário substituir ou reparar os estores danificados;

Torres Vedras

- É necessário reparar ou substituir as janelas e portas de madeira, que, pelo estado de degradação, permitem a entrada de água da chuva;
- É necessário reparar ou substituir as Instalações sanitárias.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Vila Franca de Xira

- É necessário substituir os contentores onde funcionam salas de audiência e os serviços da Unidade Central, porque têm humidade e cheiro a mofo;
- É necessário substituir a plataforma envolvente dos referidos contentores, que se apresenta podre e infestada de pragas, e apresenta, por vezes, cheiro nauseabundo;
- É necessário instalar elevador/plataforma elevatória para transporte de pessoas, designadamente de mobilidade reduzida, e processos entre os diversos pisos;
- É necessário substituir a instalação elétrica;
- É necessário reparar ou substituir pavimentos, janelas, portas, fechaduras, vitrais, estores.

Edifício do Juízo do Trabalho:

- É urgente remover as antigas condutas de ar que percorrem todas as instalações (e que têm sido foco recorrente de infestação de pragas), bem como o aparelho respetivo, que se encontra no pátio sem funcionar;
- É necessário substituir/renovar as instalações sanitárias e adaptá-las para utilização por pessoas com mobilidade reduzida;
- É necessário reparar ou substituir pavimentos e instalação elétrica;
- É necessário instalar aparelho de circulação e purificação de ar, que a natureza do edifício exige, a fim de melhorar as condições de permanência;

Edifício Varandas da Lezíria – Juízo Local Cível

- É necessário reparar as causas das infiltrações decorrentes de águas pluviais e os pavimentos e paredes com danos decorrentes.

VI.2 Equipamentos



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Existem necessidades de equipamentos no tribunal, sendo mais pertinentes as relacionadas a adaptação à Portaria n.º 170/2017, de 25/5.

Para que a mesma possa ser implementada, adequadamente, é essencial que existam mais e melhores digitalizadores.

Além disso, é necessário instalar, nas salas de audiências, acessos à plataforma citius, para magistrados e advogados, e instalar computadores nas unidades de processos de atendimento ao público, a fim de permitir a consulta dos processos, pelos utentes. Atualmente, a consulta tem que ser feita através do computador e acessos dos funcionários, o que levanta questões inultrapassáveis: o funcionário fica impedido de trabalhar durante os períodos de consulta; existe o risco de prática de atos por parte da pessoa que consulta o processo, uma vez que está a ser utilizado o acesso do funcionário.

São necessários ainda monitores auxiliares, a fim de permitir aos magistrados a tramitação eletrónica do processo, de forma adequada.

VII. Movimento Processual

Os dados estatísticos têm como fonte o sistema Habilus/Consultas.

As informações reportam-se ao período abrangido e na consulta foi utilizado o critério «*pendentes estatísticos em ...*» ou «*pendentes secretaria em ...*».

Após consulta, os dados recolhidos, quanto a processos findos e pendentes, foram trabalhados fora do sistema de registo, de forma estática, para evitar incongruências decorrentes da não consolidação dos dados no citius.

VII.1. Estatística Oficial



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A informação relativa à estatística oficial visa prestar informação sobre o movimento processual, por juízo, por juiz, e por média de juízes efetivamente em funções.

Visa ainda medir, através dos seguintes indicadores, os níveis de eficiência do tribunal.

O **indicador de congestão** estabelece a razão entre o número de processos pendentes, no início do ano, e o número de processos findos, nesse ano.

Este indicador traduz a eficiência do sistema em dar resposta à pendência existente, sem considerar qualquer entrada de processos, no ano em análise.

Um sistema pode ser tanto mais eficiente, na sua gestão dos processos pendentes, quanto mais baixa seja a sua taxa. Uma taxa de congestão inferior à unidade, significa que foi possível findar um número de processos superior àquele que estava pendente, no início do ano.

O **indicador de resolução** estabelece a relação entre o número dos processos findos e o número de processos entrados. Indica a capacidade de resolução de processos face às entradas, independentemente das pendências acumuladas. Neste caso, um sistema eficiente para a resolução das entradas (sem consideração das pendências) terá uma taxa de resolução igual à unidade. Valores superiores, à unidade, indicam uma resolução de casos superiores às entradas (o sistema tem capacidade de resolução de processos entrados e de recuperação dos acumulados) e valores inferiores, à unidade, indicam o contrário.

O **indicador de recuperação** estabelece a relação entre o número de processos findos, e a adição do número de processos pendentes com o número dos processos entrados. Indica a eficiência do sistema em dar resposta aos processos acumulados. Um sistema eficiente, para a resolução total dos



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

processos pendentes e dos entrados, terá uma taxa de recuperação igual à unidade. Quanto mais baixo for o seu valor, menor capacidade de absorção de pendências haverá.

De seguida são apresentados os quadros de movimento processual por Juízo.

JUÍZO CENTRAL CÍVEL

Estatística oficial							
Juízo Central Cível							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	175	70	86	158	2,03	1,23	0,35
Juíz 2	156	71	91	136	1,71	1,28	0,40
Juíz 3	162	69	97	134	1,67	1,41	0,42
Juíz 4	250	79	169	156	1,48	2,14	0,51
Juíz 5	184	84	104	160	1,77	1,24	0,39
Juíz 6	256	66	137	185	1,87	2,08	0,43
Média por juiz efetivamente em funções	197	73	114	155	1,73	1,56	0,42

O Juízo Central Cível regista, ainda, pendência elevada de processos antigos. Esta informação é dada pelos indicadores de congestão e de recuperação. O primeiro, relativamente elevado, o segundo, baixo. Vem, no entanto, registando bom indicador de resolução, o que indicia paulatina absorção de pendência acumulada. Não se têm obtido melhores resultados, devido ao reduzido número de funcionários.

O ano de 2017 findou com uma pendência média, por juiz, de 155 processos. Menos 21% do que no início do ano.

As entradas registadas, no ano, foram inferiores às registadas no ano anterior (em 6.4%). Essa diferença foi ultrapassada, de forma relevante, pelo



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

número de processos findos, o que garantiu bons níveis de produtividade, não obstante a redução do número de processos entrados.

JUÍZO CENTRAL CRIMINAL

Estatística oficial							
Juízo Central Criminal							
Juizes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	131	130	142	119	0,92	1,09	0,54
Juiz 2	85	81	84	73	1,01	1,04	0,51
Juiz 3	120	90	97	106	1,24	1,08	0,46
Juiz 4	112	76	89	97	1,26	1,17	0,47
Juiz 5	115	140	124	128	0,93	0,89	0,49
Juiz 6	136	78	98	115	1,39	1,26	0,46
Média por juiz efetivamente em funções (indui 2 aux)	87,4	74,4	79,3	79,8	1,10	1,07	0,49
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	27	10	7	30	3,86	0,70	0,19
Juiz 2	13	7	11	9	1,18	1,57	0,55
Juiz 3	18	9	6	18	3,00	0,67	0,22
Juiz 4	24	6	7	23	3,43	1,17	0,23
Juiz 5	25	11	4	32	6,25	0,36	0,11
Juiz 6	26	10	10	26	2,60	1,00	0,28
Média por juiz efetivamente em funções (indui 2 aux)	17	7	6	17	2,96	0,85	0,24
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz 1	104	120	135	89	0,77	1,13	0,60
Juiz 2	72	74	73	64	0,99	0,99	0,50
Juiz 3	102	81	91	88	1,12	1,12	0,50
Juiz 4	88	70	82	74	1,07	1,17	0,52
Juiz 5	90	129	120	96	0,75	0,93	0,55
Juiz 6	110	68	88	89	1,25	1,29	0,49
Média por juiz efetivamente em funções (indui 2 aux)	71	68	74	63	0,96	1,09	0,53



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

O Juízo Central Criminal apresentou, em média, uma redução da pendência oficial, de 8,6%. Pela primeira vez, foi conseguida redução de pendência, pelo reforço do quadro de juízes, através da colocação de juízes auxiliares, para formação de coletivos de 4 juízes. Até à colocação dos juízes auxiliares, a pendência registava aumentos contínuos.

Em 2017, os indicadores de congestão e de resolução foram positivos. Evidencia-se a bondade do modelo de funcionamento adotado.

JUÍZO DE INSTRUÇÃO



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Estatística oficial							
Juízo de Instrução Criminal da Instância Central							
Juizes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	41	666	675	31	0,06	1,01	0,95
Juiz 2	46	709	719	36	0,06	1,01	0,95
Juiz 3	50	701	718	32	0,07	1,02	0,96
Média por juiz efetivamente em funções	46	692	704	33	0,06	1,02	0,95
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	1	0	1	0	1,00	na	1,00
Juiz 2	1	3	4	-	0,25	1,33	1,00
Juiz 3	1	0	1	0	1,00	na	1,00
Média por juiz efetivamente em funções	1	2	3	-	0,40	1,67	1,00
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz 1	20	535	538	17	0,04	1,01	0,97
Juiz 2	18	574	574	18	0,03	1,00	0,97
Juiz 3	20	570	578	12	0,03	1,01	0,98
Média por juiz efetivamente em funções	19	560	563	16	0,03	1,01	0,97
Considerando apenas instruções							
Juiz 1	20	131	136	14	0,15	1,04	0,90
Juiz 2	27	132	141	18	0,19	1,07	0,89
Juiz 3	29	131	139	20	0,21	1,06	0,87
Média por juiz efetivamente em funções	25	131	139	17	0,18	1,06	0,89

O Juízo de Instrução mantém uma estatística equilibrada. A tendência é, pois, positiva, e reflete-se nos indicadores analisados.

JUÍZO DE EXECUÇÃO



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Estatística oficial							
Juízo de Execução							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	18.554	2.932	4.852	16.615	3,82	1,65	0,23
Juiz 2	18.910	2.939	4.621	17.203	4,09	1,57	0,21
Juiz 3	18.818	2.906	4.960	16.741	3,79	1,71	0,23
Média por juiz efetivamente em funções (inclui 1 aux)	14.071	2.194	3.608	12.640	3,90	1,64	0,22

O Juízo de Execução revela os problemas estruturantes que são, como sabido, transversais a todo o país, e que se prendem com fatores que escapam ao controlo do tribunal, conforme tem sido evidenciado em relatórios anteriores.

Registou-se, porém, melhoria relevante, durante o ano de 2017. A pendência reduziu 10%, mais do dobro do que no ano anterior. Tem sido feito um grande esforço de reorganização e controlo do serviço. Foram adotadas medidas de gestão, que são avaliadas periodicamente e, quando necessário, redefinidas.

Relativamente aos apensos declarativos, cuja informação desagregada não se mostra refletida no mapa, durante 2017 foi feito esforço, incidente na sua tramitação, com resultados de redução de 11,9% da pendência global – estavam pendentes 7049 apensos declarativos no início do ano, e no dia 31/12/2017, pendiam 6208 processos apensos declarativos.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUÍZO DE COMÉRCIO

Estatística oficial							
Juízo de Comércio							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	848	810	762	893	1,11	0,94	0,46
Juiz 2	798	766	652	905	1,22	0,85	0,42
Juiz 3	813	845	741	814	1,10	0,88	0,45
Juiz 4	623	719	659	668	0,95	0,92	0,49
Média por juiz efetivamente em funções	771	785	704	820	1,10	0,90	0,45

O Juízo de Comércio continua a registar fortes dificuldades decorrentes da falta de oficiais de justiça. Em setembro passado saiu um escrivão-adjunto, não substituído, e cinco escrivães-auxiliares, experientes, substituídos por cinco escrivães-auxiliares sem qualquer experiência.

A pendência aumentou, com maior agravamento até ao mês de setembro de 2017, fruto da regularização do serviço ocorrida ao longo do ano, designadamente, através da criação de apensos que aguardavam disponibilidade, por parte dos funcionários. Foi a criação dos apensos que impactou o aumento da estatística. O movimento estatístico, relativo ao último trimestre de 2017, evidenciou já uma inversão desta tendência de aumento. Iniciou-se, a partir de setembro, fase de redução de pendência, com resultados positivos, que serão visíveis, em 2018.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUIZOS DE FAMÍLIA E MENORES

Estatística oficial							
Juízos de Família e Menores							
Juízo de Família e Menores de Loures							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	1.006	719	840	823	1,20	1,17	0,49
Juíz 2	440	684	807	269	0,55	1,18	0,72
Juíz 3	478	717	774	368	0,62	1,08	0,65
Juíz 4	776	672	870	529	0,89	1,29	0,60
Média por juiz efetivamente em funções	675	688	823	497	0,82	1,18	0,60
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	218	123	154	179	1,42	1,25	0,45
Juíz 2	109	118	152	72	0,72	1,29	0,67
Juíz 3	164	132	160	132	1,03	1,21	0,54
Juíz 4	191	117	160	140	1,19	1,37	0,52
Média por juiz efetivamente em funções	171	123	157	131	1,09	1,28	0,53
Considerando apenas matéria tutelar							
Juíz 1	788	596	686	644	1,15	1,15	0,50
Juíz 2	331	566	655	197	0,51	1,16	0,73
Juíz 3	314	585	614	236	0,51	1,05	0,68
Juíz 4	585	555	710	389	0,82	1,28	0,62
Média por juiz efetivamente em funções	505	576	666	367	0,76	1,16	0,62
Juízo de Família e Menores de Torres Vedras							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1 (inclui 1 juiz auxiliar que tem distribuído 1/3 do serviço)	675	1.148	1.188	533	0,57	1,03	0,65
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1 (inclui 1 juiz auxiliar que tem distribuído 1/3 do serviço)	194	201	213	169	0,91	1,06	0,54
Considerando apenas matéria tutelar							
Juíz 1 (inclui 1 juiz auxiliar que tem distribuído 1/3 do serviço)	481	947	975	364	0,49	1,03	0,68
Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	289	584	592	235	0,49	1,01	0,68
Juíz 2	473	582	638	365	0,74	1,10	0,60
Juíz 3	420	560	611	307	0,69	1,09	0,62
Média por juiz efetivamente em funções	394	575	614	302	0,64	1,07	0,63
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	79	104	90	89	0,88	0,87	0,49
Juíz 2	136	122	145	105	0,94	1,19	0,56
Juíz 3	127	89	125	83	1,02	1,40	0,58
Média por juiz efetivamente em funções	114	105	120	92	0,95	1,14	0,55
Considerando apenas matéria tutelar							
Juíz 1	210	480	502	146	0,42	1,05	0,73
Juíz 2	337	460	493	260	0,68	1,07	0,62
Juíz 3	293	471	486	224	0,60	1,03	0,64
Média por juiz efetivamente em funções	280	470	494	210	0,57	1,05	0,66



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Os Juízos de Família e Menores continuam a apresentar ótimos indicadores de congestão, de resolução e de eficiência, com resultados na redução de pendência.

No Juízo de Família e Menores de Torres Vedras, continua a verificar-se um volume elevado de processos entrados, sendo consideravelmente superior à média dos restantes Juízos (Mais 64% do que a média dos processos entrados em Loures, e mais 100% do que a média dos processos entrados em VFX).

Os resultados obtidos foram, mais uma vez, resultado do elevado esforço dos magistrados e funcionários.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

JUÍZOS DE TRABALHO



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Juízos de Trabalho							
Juízo Trabalho de Loures							
Juizes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	922	1.308	1.298	873	0,71	0,99	0,58
Juiz 2	934	1.459	1.417	906	0,66	0,97	0,59
Média por juiz efetivamente em funções	928	1.384	1.358	890	0,68	0,98	0,59
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	342	119	58	399	5,90	0,49	0,13
Juiz 2	389	123	78	430	4,99	0,63	0,15
Média por juiz efetivamente em funções	366	121	68	415	5,38	0,56	0,14
Considerando apenas matéria laboral							
Juiz 1	580	1.189	1.240	474	0,47	1,04	0,70
Juiz 2	545	1.336	1.339	476	0,41	1,00	0,71
Média por juiz efetivamente em funções	563	1.263	1.290	475	0,44	1,02	0,71
Juízo de Trabalho de Torres Vedras							
Juizes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	314	499	513	298	0,61	1,03	0,63
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	82	48	59	71	1,39	1,23	0,45
Considerando apenas matéria laboral							
Juiz 1	232	451	454	227	0,51	1,01	0,66
Juízo Trabalho de Vila Franca de Xira							
Juizes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	507	957	964	488	0,53	1,01	0,66
Juiz 2	722	949	1.056	611	0,68	1,11	0,63
Média por juiz efetivamente em funções	615	953	1.010	550	0,61	1,06	0,64
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	213	96	91	218	2,34	0,95	0,29
Juiz 2	246	110	77	279	3,19	0,70	0,22
Média por juiz efetivamente em funções	230	103	84	249	2,73	0,82	0,25
Considerando apenas matéria laboral							
Juiz 1	294	861	873	270	0,34	1,01	0,76
Juiz 2	476	839	979	332	0,49	1,17	0,74
Média por juiz efetivamente em funções	385	850	926	301	0,42	1,09	0,75



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Não obstante as dificuldades registadas com falta de funcionários, os Juízos de trabalho, apresentaram, em matéria laboral, excelente índices de congestão, de resolução e de recuperação.

Os Juízos de trabalho de Loures e de Vila Franca de Xira apresentam indicador de congestão elevado, e indicador de resolução, abaixo da unidade, no que se refere aos processos em matéria cível (execuções). Sendo estes processos executivos da responsabilidade do oficial de justiça, estes valores indiciam que o número de funcionários em funções nestes Juízos é insuficiente.

Durante 2017, o Juízo de Trabalho de Loures registou quase o dobro das entradas, por juiz, face a Torres Vedras e mais 32%, face a Vila Franca de Xira. Justifica-se a criação de um lugar de juiz com reforço do quadro de funcionários – cfr. ponto IV.6.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUIZOS LOCAIS CÍVEIS

Estatística oficial							
Juízos Locais Cíveis							
Juízo Local Cível de Alenquer							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	236	304	344	188	0,69	1,13	0,64
Juízo Local Cível de Loures							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	500	478	635	339	0,79	1,33	0,65
Juiz 2	561	481	667	372	0,84	1,39	0,64
Juiz 3	783	471	766	487	1,02	1,63	0,61
Juiz 4	771	497	839	427	0,92	1,69	0,66
Média por juiz efetivamente em funções (indui 1 juiz auxiliar)	523	385	581	325	0,90	1,51	0,64
Juízo Local Cível de Torres Vedras							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	199	265	270	187	0,74	1,02	0,58
Juiz 2	186	259	268	171	0,69	1,03	0,60
Média por juiz efetivamente em funções	193	262	269	179	0,72	1,03	0,59
Juízo Local Cível de Vila Franca de Xira							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	287	362	354	293	0,81	0,98	0,55
Juiz 2	336	372	449	254	0,75	1,21	0,63
Média por juiz efetivamente em funções	312	367	402	274	0,78	1,09	0,59

Os Juízos locais cíveis do tribunal registaram, globalmente, uma redução média da pendência, de cerca de 30%, fruto de um excelente trabalho desenvolvido, quer pelos senhores juizes, quer pelos senhores oficiais de justiça.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Os níveis de congestão, resolução e recuperação são também excelentes.

As entradas registadas, no ano, foram inferiores às registadas no ano anterior (- 9,4%). Essa diferença foi, porém, ultrapassada, de forma relevante, pelo número de processos findos, o que garantiu bons níveis de produtividade.

O Juízo Local Cível de Loures continua a ser o que apresenta o maior número de processos entrados, por juiz. Justifica-se pois, com propriedade, a permanência do juiz auxiliar. O Juiz auxiliar permite atenuar as diferenças, no número de processos entrados por juiz, face aos restantes Juízos cíveis, para, mais 26,6% processos entrados, por juiz, relativamente a Alenquer; mais 46,9% processos entrados, por juiz, relativamente a Torres Vedras; e mais 4.9% processos entrados, por juiz, relativamente a Vila Franca de Xira. Fica evidenciada a situação de subdimensionamento do quadro legal de Loures, que deverá ser equacionada, em termos legislativos, com a criação de, pelo menos, um lugar de juiz.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE LOURES

Estatística oficial							
Juízo Local Criminal de Loures							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	520	383	496	405	1,05	1,30	0,55
Juíz 2	613	334	510	433	1,20	1,53	0,54
Juíz 3	490	364	417	430	1,18	1,15	0,49
Juíz 4	428	362	452	334	0,95	1,25	0,57
Média por juiz efetivamente em funções (indui 1 juiz auxiliar)	410	289	375	320	1,09	1,30	0,54
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	52	55	60	47	0,87	1,09	0,56
Juíz 2	44	20	33	30	1,33	1,65	0,52
Juíz 3	49	29	27	50	1,81	0,93	0,35
Juíz 4	45	25	33	37	1,36	1,32	0,47
Média por juiz efetivamente em funções (indui 1 juiz auxiliar)	190	129	153	164	1,24	1,19	0,48
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	468	328	436	358	1,07	1,33	0,55
Juíz 2	569	314	477	403	1,19	1,52	0,54
Juíz 3	441	335	390	380	1,13	1,16	0,50
Juíz 4	383	337	419	297	0,91	1,24	0,58
Média por juiz efetivamente em funções (indui 1 juiz auxiliar)	372	263	344	288	1,08	1,31	0,54

A realidade do Juízo Local Criminal de Loures é diversa da dos restantes Juízos locais criminais do Tribunal, porquanto este Juízo apenas tramita processos comuns singulares e recursos de contraordenação, de valor superior a 15.000,00 euros.

Durante o ano de 2017, este Juízo apresentou resultado positivos, de redução de pendência, o que não acontecera no ano anterior. Esta redução foi obtida pelo reforço do quadro de juízes, com a colocação de um juiz auxiliar. Foi possível o julgamento de maior número de processos, reduzindo-se, quer a dilação no agendamento, quer a pendência.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Os indicadores de congestão e recuperação, não sendo excelentes, apresentam resultados aceitáveis. O de resolução apresenta-se razoavelmente acima da unidade.

Verificou-se um elevado número de processos entrados, por juiz titular, razão pela qual se justifica a manutenção do juiz auxiliar e até a consideração de criação formal, de um mais um lugar de juiz.

Relativamente a este juízo, como frequentemente notado pelos senhores juízes, é crescente o grau de complexidade dos processos, designadamente, por força do recurso ao disposto no artigo 16.º n.º 3, do CPP.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

JUÍZOS LOCAIS CRIMINAIS DE ALENQUER, TORRES VEDRAS E V. F. XIRA



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Juízos Locais Criminais							
Juízo Local Criminal de Alenquer							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	417	931	975	367	0,43	1,05	0,72
Considerando apenas matériaível							
Juiz 1	166	136	180	121	0,92	1,32	0,60
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz 1	19	403	418	4	0,05	1,04	0,99
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz 1	232	392	377	242	0,62	0,96	0,60
Juízo Local Criminal de Torres Vedras							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	469	767	848	385	0,55	1,11	0,69
Juiz 2	411	771	911	268	0,45	1,18	0,77
Média por juiz titular	440	769	880	327	0,50	1,14	0,73
Considerando apenas matériaível							
Juiz 1	97	112	118	91	0,82	1,05	0,56
Juiz 2	122	138	174	86	0,70	1,26	0,67
Média por juiz titular	55	63	73	44	0,75	0,86	0,62
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz 1	9	237	229	17	0,04	0,97	0,93
Juiz 2	25	209	218	16	0,11	1,04	0,93
Média por juiz titular	17,00	223,00	223,50	16,50	0,08	1,00	0,93
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz 1	363	418	501	277	0,72	1,20	0,64
Juiz 2	264	424	519	166	0,51	1,22	0,75
Média por juiz titular	314	421	510	222	0,61	1,21	0,69
Juízo Local Criminal de Vila Franca de Xira							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	448	835	904	375	0,50	1,08	0,70
Juiz 2	483	829	880	421	0,55	1,06	0,67
Juiz 3	333	803	778	356	0,43	0,97	0,68
Média por juiz titular	421	822	854	384	0,49	1,04	0,69
Considerando apenas matériaível							
Juiz 1	161	126	168	119	0,96	1,33	0,59
Juiz 2	184	118	132	170	1,39	1,12	0,44
Juiz 3	142	115	124	133	1,15	1,08	0,48
Média por juiz titular	162	120	141	141	1,15	1,18	0,50
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz 1	29	308	330	7	0,09	1,07	0,98
Juiz 2	17	305	318	4	0,05	1,04	0,99
Juiz 3	26	315	339	2	0,08	1,08	0,99
Média por juiz titular	24	309	329	4	0,07	1,06	0,99
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz 1	258	401	406	249	0,64	1,01	0,62
Juiz 2	282	406	430	247	0,66	1,06	0,63
Juiz 3	165	373	315	221	0,52	0,84	0,59
Média por juiz titular	235	393	384	239	0,61	0,98	0,61

Os Juízos locais criminais de Alenquer, Torres Vedras e Vila Franca de Xira tramitam, além de processos comuns, todos os recursos de



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

contraordenação, processos sumários, sumaríssimos, abreviados e os atos jurisdicionais.

Também nestes Juízos se verifica o crescente o grau de complexidade dos processos, por força do recurso ao disposto no artigo 16.º n.º 3, do CPP.

Os Juízos de Alenquer, Torres Vedras e Vila Franca de Xira têm a mesma realidade. Exerce funções, um juiz auxiliar, para a prática de atos jurisdicionais, em Alenquer (com maior número de atos jurisdicionais entrados no ano) e Vila Franca de Xira, onde também tramita recursos de contraordenação e processos sumários do Juízo de Vila Franca de Xira. Exerce funções, um juiz auxiliar, em Torres Vedras, que tramita atos jurisdicionais, processos abreviados, recursos de contraordenação, processos sumários e sumaríssimos.

O quadro apresentado reflete as médias de processos por juiz titular apenas, considerando que as distribuições de serviço com os juizes auxiliares são diferentes em cada Juízo, pelo que as realidades não comparáveis.

Alenquer apresenta o maior número de atos jurisdicionais entrados, por juiz – mais 81% do que em Torres Vedras, e mais 30% do que em VFX.

Torres Vedras apresenta o maior número de processos entrados, em matéria criminal, por juiz. Mais 7% do que a média dos restantes Juízos.

A partir de meados do ano de 2017, os juizes de Torres Vedras começaram a deslocar-se ao Cadaval, a fim de realizarem ali julgamentos, por força das alterações à LOSJ. Durante o ano de 2017 foram realizados 7 julgamentos no Cadaval. Além disso, os juizes de Torres Vedras, enquanto substitutos legais do juiz da Lourinhã, têm que se deslocar ali, a fim de realizar os julgamentos em que o juiz se encontre legalmente impedido, com custos de tempo relevantes.

Os índices são muito positivos em todos os Juízos, os de congestão abaixo da unidade, e o de resolução acima, exceto no Juízo de Alenquer, em que o índice de resolução ficou ligeiramente abaixo da unidade. Não



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

constituindo motivo de preocupação, impõe-se acompanhamento. Reitera-se o que ficou mencionado acima que, neste Juízo local, a juiz auxiliar apenas tramita atos jurisdicionais, situação diferente da realidade dos Juízos Locais Criminais de Vila Franca de Xira e Torres Vedras.

JUÍZO DE PEQUENA CRIMINALIDADE

Estatística oficial							
Juízo de Pequena Criminalidade de Loures							
Juízes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	396	729	693	368	0,57	0,95	0,62
Juiz 2	430	704	781	341	0,55	1,11	0,69
Média por juiz efetivamente em funções	413	717	737	355	0,56	1,03	0,65
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	282	135	140	227	2,01	1,04	0,34
Juiz 2	284	143	191	236	1,49	1,34	0,45
Média por juiz efetivamente em funções	283	139	166	232	1,71	1,19	0,39
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz 1	114	594	553	141	0,21	0,93	0,78
Juiz 2	146	561	590	105	0,25	1,05	0,83
Média por juiz efetivamente em funções	130	578	572	123	0,23	0,99	0,81

O Juízo de Pequena Criminalidade baixou a pendência, em 14%, e baixou também o número de processos entrados, relativamente ao ano anterior. Entraram neste Juízo menos 3,2% processos do que no ano anterior.

Os índices são muito positivos, os de congestão, abaixo da unidade. O de resolução, acima, para o J2, e quase na unidade para o J1.

Os problemas deste Juízo evidenciam-se na estatística de secretaria, conforme será analisado adiante.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DA LOURINHÃ

Estatística oficial							
Juízo de Competência Genérica da Lourinhã							
Juizes efetivamente em funções	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação ou eficiência
Juiz1	235	458	439	252	0,54	0,96	0,63
Considerando apenas matéria cível							
Juiz1	178	185	195	166	0,91	1,05	0,54
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz1	6	118	117	7	0,05	0,99	0,94
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz1	51	155	127	79	0,40	0,82	0,62

O Juízo de Competência Genérica da Lourinhã aumentou a pendência em 7,2%, apesar de ter registado menos 60 processos entrados (-11,5%), face ao ano anterior.

Não apresentando números de pendência preocupantes, até considerando os bons índices de congestão e recuperação, será de acompanhar a evolução, a fim de verificar os motivos para tal aumento de pendência, e intervir em conformidade.

Análise por Jurisdição



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PENDÊNCIA OFICIAL POR JURISDIÇÃO								
Área		Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de Recuperação
Cível	Execuções	52.100	8.208	12.489	47.771	4,17	1,52	0,21
	Outras	16.347	13.748	15.100	14.883	1,08	1,10	0,50
Penal		4.361	5.096	5.813	3.595	0,75	1,14	0,61
Laboral		2.143	4.058	4.291	1.780	0,50	1,06	0,69
Tutelar		3.274	4.173	4.617	2.470	0,71	1,11	0,62
Instrução Criminal		269	3.508	3.622	155	0,07	1,03	0,96
Total		78.494	38.791	45.932	70.654	1,71	1,18	0,39

Conforme se verifica, de acordo com a análise dos quadros que antecederam, durante o ano de 2017, a pendência desceu em todas as jurisdições, da seguinte forma:

- Desceu 8,3%, nas execuções pendentes em todos os Juízos;
- Desceu 9%, nos processos cível, pendentes em todos os Juízos, não considerando as execuções;
- Desceu 17,6%, na jurisdição criminal, não considerando instrução criminal;
- Desceu 16,9%, na jurisdição laboral.
- Desceu 24,6%, na jurisdição tutelar;
- Desceu 41,4%, na instrução criminal.

Em média, a pendência global oficial do Tribunal desceu 10%.

Quanto ao número de processos entrados, face ao ano 2015-2016, verifica-se que ele foi inferior nas jurisdições, cível, em 15,4%; criminal, em 6,2%; mas aumentou na família e menores, 7,4% e na laboral, 91% (impulsionada pelos incidentes de atualização de pensão).

De todo o modo, a redução da pendência superou a redução de entradas, permitindo concluir que foi possível, não obstante o número de processos entrados, ter excelentes níveis de produtividade, considerando as



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

circunstâncias de trabalho verificadas e já referidas neste relatório – seja de instalações, seja decorrentes da falta de funcionários.

VII.2. Estatística de Secretaria

Nas pendências de secretaria, apesar da falta de funcionários, pode verificar-se uma redução global de pendência, exceto no Juízo de Pequena Criminalidade de Loures, que se tem debatido com as dificuldades decorrentes da falta de funcionários e particularmente com a saída de escrivães adjuntos, e no Juízo de Competência Genérica da Lourinhã. O quadro seguinte reflete essa realidade.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

	Localidade	Juízo	Unidade orgânica	Pendência inicial	Processos entrados	Processos findos	Pendência final	Variação de pendência	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de Recuperação
Juízos Centrais	Loures	Central Cível	U1/U2	2.545	443	827	2.157	-15%	3,1	1,9	0,3
	Loures	Central Criminal	U1/U2	2.964	604	737	2.829	-5%	4,0	1,2	0,2
	Loures	Instrução	Única	252	2.079	2.134	197	-22%	0,1	1,03	0,9
	Loures	Execução	Única	73.131	8.828	9.661	72.252	-1,2%	7,6	1,1	0,1
	Loures	Comércio	U1/U2/U3/U4	9.158	3.147	3.541	8.741	-5%	2,6	1,1	0,3
	Loures	Família e Menores de Loures	U1/U2/U3/U4	5.922	2.828	3.552	5.049	-15%	1,7	1,3	0,4
	Torres Vedras	Família e Menores de Torres Vedras	Única	1.511	1.169	1.275	1.335	-12%	1,2	1,1	0,5
	Vila Franca de Xira	Família e Menores de VFX	U1/U2/U3	3.216	1.784	2.546	2.348	-27%	1,3	1,4	0,5
	Loures	Trabalho de Loures	Única	5.364	2.773	3.081	4.933	-8%	1,7	1,1	0,4
	Cadaval (temp.)	Trabalho de Torres Vedras	Única	679	512	754	437	-36%	0,9	1,5	0,6
Vila Franca de Xira	Trabalho de VFX	Única	2.736	1.909	2.468	2.166	-21%	1,1	1,3	0,5	
Juízos Locais	Alenquer	Juízo Cível de Alenquer	Única	387	305	364	325	-16%	1,1	1,2	0,5
	Loures	Juízo Cível de Loures	U1/U2	5.669	1.953	3.531	4.088	-28%	1,6	1,8	0,5
	Torres Vedras	Juízo Cível de Torres Vedras	Única	744	527	675	590	-21%	1,1	1,3	0,5
	Vila Franca de Xira	Juízo Cível de VFX	U.a	1.658	738	1.187	1.204	-27%	1,4	1,6	0,5
	Alenquer	Juízo Criminal de Alenquer	Única	1.115	540	697	957	-14%	1,6	1,3	0,4
	Loures	Juízo Criminal de Loures	U1/U2/U3/U4	5.572	1.462	2.286	4.746	-15%	2,4	1,6	0,3
	Torres Vedras	Juízo Criminal de Torres Vedras	U1/U2	2.602	1.107	1.441	2.266	-13%	1,8	1,3	0,4
	Vila Franca de Xira	Juízo Criminal de VFX	U1/U2/U3	3.596	1.554	1.849	3.295	-8%	1,9	1,2	0,4
	Loures	P.Criminalidade	U1/U2	7.039	1.445	1.403	7.075	1%	5,0	0,97	0,2
	Lourinhã	Compt. Genérica	Única	612	462	447	627	2%	1,4	0,97	0,4
TOTAL				136.472	36.169	44.456	127.617	-6%	3,1	1,2	0,3
TOTAL SEM EXECUÇÕES				63.341	27.341	34.795	55.365	-13%	1,8	1,3	0,4

É possível constatar excelentes índices de resolução e, portanto, relevantes reduções de pendência em todos os Juízos, exceto nos Juízos de Pequena Criminalidade e no de Competência Genérica da Lourinhã.

No primeiro caso, a taxa de congestão é muito elevada, denotando incapacidade em resolver pendências antigas. A falta de funcionários é a causa deste problema, e deverá ser objeto de atenção e monitorização constantes.

Relativamente ao Juízo da Lourinhã, apesar da subida de pendência não ser relevante, e, por isso, não existir motivo de apreensão, deverá ser monitorizado o desempenho. Este Juízo apresenta um quadro de funcionários



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

completo, e devidamente adequado ao número de processos pendentes, sendo até, o número de processos por funcionário, relevantemente superior a outros Juízos do tribunal, razão que tem justificado a afetação de uma funcionária colocada pela DGAJ, extra quadro, ao serviço do Juízo de Comércio.

VII.3. Medidas de Gestão e Organizativas

No anterior relatório foram descritas as medidas de gestão e organizativas. Essas medidas mantêm-se.

Cumpr, porém, relativamente a algumas das medidas, referir o seguinte:

Prazos de prescrição

Foi implementada medida de controlo dos prazos de prescrição das penas, com vista a garantir uma movimentação regular destes processos.

Depósitos e atrasos na prolação se sentenças

Na sequência de indicação do CSM, foram implementadas medidas de controlo dos prazos de depósitos, e de atrasos na prolação de despachos e sentenças.

Monitorização

A monitorização foi feita trimestralmente, permitindo o conhecimento da situação de cada Juízo. Desta forma e, na medida dos recursos disponíveis, foi feita a intervenção gestonária necessária a acautelar o problema detetado.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Juízo de execução

No Juízo de Execução continua a ser recuperada pendência, porém de forma lenta, dado que não é possível, neste momento, o reforço do quadro de funcionários. O serviço é monitorizado mensalmente a fim de permitir conhecer os constrangimentos e acompanhar a evolução do Juízo.

Diligências agendadas e realizadas

Fruto da monitorização realizada, é possível demonstrar através do quadro seguinte a dilação média no agendamento, por juiz de cada Juízo. O quadro apresenta a dilação, medida em número de dias de calendário; o número médio de julgamentos e diligências agendados por juiz, em cada Juízo, e faz, ainda, a ponderação do número médio de diligências, por dia de calendário.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

	Juízos		Número médio de julgamentos/diligências agendados nesta data p/juiz	Dilação média de agendamento p/juiz (# dias de calendário)	Média de julgamentos/diligências agendadas por juiz/dia
Centrais	Cível		29	89	0,32
	Criminal		13	99	0,13
	Instrução Criminal		9	11	0,81
	Execução		31	55	0,57
	Comércio		6	31	0,18
	Família e Menores	Loures	120	21	5,84
		Torres Vedras	88	95	0,93
		VFXira	120	46	2,63
		Total	115	41	2,78
	Trabalho	Loures	99	77	1,29
		Torres Vedras	80	26	3,08
		VFXira	27	76	0,36
		Total	66	66	1,00
Locais	Local Cível	Alenquer	25	64	0,39
		Loures	26	53	0,49
		TV	24	44	0,55
		VFX	60	50	1,20
		Total	135	52	2,60
	Local Crime	Alenquer	126	92	1,37
		Loures	157	188	0,83
		TV	66	72	0,92
		VFX	73	105	0,70
		Total	61		



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Estes números evidenciam prazos razoáveis de dilação no agendamento, que, em média, no tribunal, não ultrapassam os 3 meses. A maior dilação verificada é no Juízo Local Criminal de Loures – média de 6 meses, mas excecional, face aos restantes Juízos, e pelos motivos já mencionados – elevado número de processos entrados.

Também por força da monitorização, é possível contabilizar o número total de diligências realizadas no tribunal, durante o ano e os adiamentos verificados.

	Juízos		Total de julgamentos realizados	Total de outras diligências realizadas	Média de julgamentos/diligências realizados p/ juiz	Total diligências/julgamentos adiados por falta de pessoa imprescindível notificada	Total diligências/julgamentos adiadas por outros motivos
Centrais	Cível		458	336	132	1	1
	Criminal		299	42	43	7	48
	Instrução Criminal		0	550	183	4	7
	Execução		281	287	142	0	92
	Comércio		60	396	114	0	21
	Família e Menores	Loures	49	489	135	7	29
		Torres Vedras	21	260	216	13	0
		VFXira	31	411	147	25	47
		Total	101	1160	152	45	76
	Trabalho	Loures	44	274	159	0	0
		Torres Vedras	28	34	62	0	0
		VFXira	69	116	93	0	0
Total		141	424	113	0	0	
Locais	Local Cível	Alenquer	18	24	42	0	0
		Loures	161	100	52	0	0
		TV	28	48	38	0	0
		VFX	100	21	61	0	0
		Total	307	193	50	0	0
	Local Crime	Alenquer	217	41	206	1	36
		Loures	1268	116	277	10	138
		TV	1054	56	370	5	26
		VFX	667	148	217	37	92
		Total	3206	361	274	53	292
	PIC		651	40	346	4	25
	Competência Genérica		86	0	86	0	0



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

No ano de 2017, foram realizados 9379 julgamentos e diligências e ocorreram 676 adiamentos, sendo a grande percentagem por fatores externos ao tribunal.

VII.4. Relação dos resultados obtidos com os objetivos definidos

A fixação de objetivos, para o ano de 2017, centrou-se, essencialmente, na redução ou não aumento da pendência, e na redução das dilações. Quanto à secretaria, além da redução ou não aumento de pendência, foram, ainda, fixados objetivos relacionados com a contabilidade dos processos, e com a tramitação dos atos de secretaria, em prazos inferiores a 30 ou 60 dias.

Em concreto:

1) Objetivos de redução ou não aumento de pendências globais

Os objetivos, de redução ou não aumento de pendência oficial, mostraram-se cumpridos, em média, em todos os Juízos, exceto nos de comércio e no de competência genérica pelos motivos expostos no ponto VII.1, deste Relatório.

2) Objetivos de redução de pendências em processos antigos ou em espécies processuais

- Foi alcançado o objetivo de redução das pendências, nos processos entrados até 31.12.2012, no Juízo Central Cível (pendência reduziu 70% - de 192 processos para 58 processos);

- Foi alcançado o objetivo de redução das pendências, nos processos entrados até 2013 – nas espécies AECOPS e ações declarativas - no Juízo Local Cível de Loures (pendência reduziu 66% - de 31 para 10 processos - e 70% - de 78 para 23 processos - respetivamente);



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

- Foi alcançado o objetivo de redução das pendências, nos processos entrados até 31.12.2012, no Juízo Local Cível de VFX (pendência reduziu 56,2% - de 135 processos para 59);
- As pendências nos processos declarativos, apensos a processos executivos, no Juízo de Execução, reduziram globalmente, porém aumentaram na espécie de apensos de habilitação de cessionário;

3) Objetivos de redução ou não aumento de dilação

Os objetivos, de redução ou não aumento de dilação, mostram-se cumpridos, em média, em todos os Juízos. As exceções verificadas, pontualmente, e sem expressão, verificam-se nos Juízos criminais de Loures – local e central.

4) Objetivos de recuperação na realização de atos contabilísticos atrasados

O objetivo de redução de atos contabilísticos foi alcançado, pese embora ainda não tenha sido possível a recuperação total. Não o alcançaram, as secretarias do Juízo Central Criminal, e dos Juízos de Trabalho de Loures e Vila Franca de Xira.

5) Objetivos de prática de atos próprios da secretaria em prazos máximos determinados (30 ou 60 dias)

Nas unidades de processos em que tal objetivo foi fixado, verifica-se integralmente cumprido, nas unidades de processos afetas ao Juízo Local Cível de Loures; Juízo Local Criminal de Alenquer; Juízo Local Criminal de



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Loures – J1 e J3; Juízo de Família e Menores de Loures - J2; e ao Juízo de Trabalho de TV.

6) Outros objetivos:

- Redução do tempo de pendência dos processo de interdição, no Juízo Local Cível de Loures – cumprido na parte do Tribunal, ficando os processos dependentes da marcação de perícia, pelo INML;
- Redução dos procedimentos de citação, no Juízo Local Cível de Loures – cumprido;
- Emissão de certidões no prazo máximo de 30 dias, no Juízo de Comércio – Cumprido;
- Redução da pendência de processos de insolvência em fase de liquidação, no Juízo de Comércio – reduziu de 1064 processos para 564 processos;

*

Em conclusão: Foram fixados 99 objetivos e mostram-se integralmente cumpridos, e nalguns casos, largamente ultrapassados, 83 objetivos. Os 16 objetivos, aquém do cumprimento integral, registaram-se no serviço da secretaria e particularmente em matéria de prática de atos próprios da secretaria em prazos máximos determinados (30 ou 60 dias). A falta de funcionários, em 14,6%, foi a causa principal da impossibilidade de cumprimento integral dos objetivos pela secretaria.

VIII. Conclusão



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. O Tribunal da Comarca de Lisboa Norte, no ano judicial de 2017 e à semelhança dos anos anteriores, sofreu constrangimentos decorrentes da falta de instalações adequadas e de funcionários judiciais.
2. Foi com grande esforço pessoal que magistrados e funcionários desempenharam as suas funções, sendo de salientar e louvar tal esforço.
3. Não obstante todos os problemas verificados, foi possível baixar a pendência global do Tribunal em 10%, consideradas as execuções e, em 13,3%, não consideradas as execuções.
4. Na área cível, a dilação média no agendamento é de 89 dias, no juízo central, e de 52 dias, nos Juízos locais, mantendo-se idêntica ao ano anterior;
5. Na área criminal, a dilação média no agendamento é de 99 dias, no Juízo central, e de 128 dias, nos Juízos locais, o que representa redução significativa face ao ano anterior;
6. Na área laboral, a dilação média no agendamento é de 66 dias, tendo reduzido significativamente face ao ano anterior;
7. Na área da família e menores, a dilação média no agendamento é de 41 dias, verificando-se igualmente decréscimo relevante relativamente ao ano anterior.
8. Os objetivos fixados para o ano foram genericamente alcançados, exceto nas secções que sofreram maior penalização, quanto a funcionários.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Loures, 15 de fevereiro de 2018



**Rute Alexandra
da Silva Sabino
Lopes**

Presidente da Comarca

Assinado de forma digital por Rute
Alexandra da Silva Sabino Lopes
9ffbada1fe9f0cd1436fd9452ed868970e418ca16
Dados: 2018.02.15 15:27:15